

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## **NOTÍCIAS DA ACTIVIDADE CULTURAL. III ENCONTRO DE NUMISMATAS. LEGISLAÇÃO INGLESA PARA A DEFESA DOS TESOUROS MONETÁRIOS. "TREASURE TROVE" E O MUSEU BRITÂNICO.**

VITAL, Nestor R. Oliveira Fatia

Ano: 1981 | Número: 91

---

### **Como citar este documento:**

VITAL, Nestor R. Oliveira Fatia, Notícias da Actividade Cultural. III Encontro de Numismatas. Legislação inglesa para a defesa dos tesouros monetários. "Treasure Trove" e o Museu Britânico. *Revista de Guimarães*, 91 Jan.-Dez. 1981, p. 375-387.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## Legislação Inglesa para a Defesa dos Tesouros Monetários

### «Treasure Trove» e o Museu Britânico

Por NESTOR R. O. FATIA VITAL

Digníssimo Senhor Presidente da  
SOCIEDADE MARTINS SARMENTO

Ilustres Numismatas

Em primeiro lugar desejo expressar a mais viva alegria pela realização de iniciativas como esta, que surgem como um oásis refrescante e estimulador na aridez preocupante do actual movimento numismático português, no seu tríplice aspecto: associativo, investigador e coleccionista, e, por isso, apresentar o meu melhor agradecimento e gratidão à promotora deste III ENCONTRO DE NUMISMATAS e nossa generosa anfitriã, a prestimosa Instituição cultural SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, da acolhedora e bela cidade de Guimarães, coroada pelo venerando roqueiro afonsino e berço da nossa nacionalidade.

Depois, dar uma prévia explicação quanto ao conteúdo desta modesta contribuição que aqui vos trago do Sul. De facto, o tema de fundo escolhido para este III ENCONTRO — «*Legislação sobre Achados Monetários*» — é matéria duplamente espinhosa. Bravia por estar ainda pouco explorada, salvo raríssimas e ilustres excepções, de cujas personalidades, algumas se encontram presentes; delicada e difícil, para além da especificidade jurídica, porque em Portugal, não se realizou até agora a concatenação de normas dispersas e insuficientes, convergindo-se numa legislação racional, útil e prática para que, através dela, se obtenha a urgente e conveniente defesa dos *Achados e Tesouros*, resultando daí a conveniente protecção do Património Nacional, quero dizer, a Cultura e a História portuguesa.

Considerando aqueles objectivos, entendi que seria de alguma validade trazer até V. Ex.<sup>as</sup> — muitos dos presentes já conhecerão, por certo — alguns dos pilares ou ideias-chave que orientam a prática e algumas normas da legislação inglesa, país de largas tradições culturais, cujo vínculo e carinho ao seu património do passado são estrénuos. Fá-lo-ei numa sistematização breve.

Em diversas crónicas numismáticas na imprensa diária e em revistas da especialidade, tenho denunciado, também, a situação actual, nomeada e ultimamente na revista «F. N.», n.º 5 (Setembro 1981), que é dedicada ao tema ACHADOS E TESOUROS, na qual, a par de valiosas colaborações, publiquei um pequeno trabalho, sob aquele título e que dediquei expressamente a este III ENCONTRO DE NUMISMATAS.

Ao finalizar esta introdução, não quero deixar de dar o meu público agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário do BRITISH MUSEUM, de Londres, Mr. G. B. MORRIS, pela extrema amabilidade das preciosas informações e documentação concedidas e que possibilitaram a presente Comunicação a esta ilustre e magnífica Assembleia.

\*  
\*       \*

Vejamos, então, o que tenho para vos transmitir sobre o que se passa na Inglaterra acerca desta matéria.

1. Para os espécimes encontrados na terra — moedas e outras antiguidades portáteis — a situação é a seguinte:

Não existe, ainda, uma legislação bem definida e compreensiva que proteja as antiguidades portáteis.

A Lei regulamentando a propriedade dos objectos encontrados na Inglaterra e no País de Gales (para a Escócia há casos especiais, como se verá adiante) é complicada, existindo múltiplas disposições, difíceis de conciliar, tais como quando tais espécimes pertencem ao achador ou ao dono do terreno ou do prédio, no qual eles foram encontrados e, com a componente condi-

cionante de o achado se efectuar no interior da terra ou à sua superfície.

Porém, em geral, no que se refere a objectos cujos hipotéticos donos não poderam ser identificados, temos a alternativa: se encontrados enterrados pertencem ao proprietário do terreno onde foram descobertos; se forem achados à superfície da terra, pertencem ao achador. Este critério aplica-se na generalidade, quer os objectos sejam antiguidades ou não.

No entanto, têm protecção especial assegurada duas categorias de espécimes.

a) — *Objectos de Ouro e de Prata.*

Os objectos de ouro ou prata achados escondidos na terra ou num prédio ou outra edificação e dos quais não foi possível conhecer o dono, são «*Treasure Trove*» e, como tal, pertencendo por privilégio de direito à Coroa (isto é, ao Estado). Os achadores de tais objectos são obrigados a comunicá-lo às autoridades competentes.

Uma tipicidade aberrante da legislação é a definição que os objectos só serão considerados «*Treasure Trove*» desde que se possa determinar que foram escondidos com a intenção de uma posterior recuperação, mas quem pode comprová-lo? Por outro lado, os objectos que foram acidentalmente perdidos ou desencaminhados não são considerados «*Treasure Trove*» e primitivamente foram tomados como rendimento público.

Contudo, na opinião de Sir George Hill («*Treasure Trove in Law and Practice*», 1936, p. 238), «gradualmente está a iluminar-se no espírito do Governo inglês a ideia de que os tesouros têm alguma outra utilidade para além do mero destino de serem derretidos e convertidos em moedas. Que deveriam ser estudados para a sua própria salvaguarda.»

A prática actual, já o sendo desde há muitos anos, leva à definição de «*Treasure Trove*» unicamente sob o ponto de vista do seu interesse arqueológico e académico. Aí reside o objectivo prioritário de assegurar, tanto quanto possível, que os objectos «*Treasure Trove*» mais interessantes e importantes sejam adquiridos pelos Museus nacionais e regionais. Com essa finalidade a participação de tais achados é encorajada pelo pagamento

ao achador, que fez a comunicação dos seus achados, na totalidade e sem demora, de um prémio cujo montante é normalmente igual ao valor total do achado, no mercado.

De destacar que os achadores que se atrasarem em noticiar os seus achados ou quem os encobrir ou tiver interesse naquela atitude, perdem no todo ou em parte o prémio a que teriam direito, se o procedimento fosse o correcto e, além disso, são considerados culpados de delito criminal.

Do maior interesse registar, também, que os proprietários do terreno onde o «*Treasure Trove*» foi encontrado, não tem direito a reclamar os objectos, nem a receber o prémio de estímulo, embora possam apresentar queixa contra o achador, exigindo indemnização por prejuízos causados pela violação da sua propriedade.

b) — *Objectos descobertos com o uso de um detector de metais, num local reservado e protegido por lei.*

A Lei de 1979 dos Monumentos Antigos e Áreas Arqueológicas, que se espera venha a entrar em vigor antes do final do corrente ano, estabelece que, se qualquer pessoa sem autorização escrita do Ministério do Estado remova qualquer objecto de interesse arqueológico ou histórico, e que o tenha descoberto com o auxílio de um detector de metais, num local reservado legalmente, poderá ser condenado por danos ao património nacional e sujeito a uma multa.

Convém notar, no entanto, que aquela Lei não prevê os casos de entrega voluntária dos objectos encontrados em áreas protegidas, nem a outra hipótese de o achado ter sido encontrado sem o uso de um detector de metais, mesmo que nas referidas áreas.

Eis mais uma dificuldade resultante da imprecisão do texto legal e, assim, como se disse anteriormente, será de seguir a orientação geral: esses objectos pertencerão ou ao achador, ou ao dono do terreno ou, se forem «*Treasure Trove*», à Coroa.

2. Antes de mais, avivemos a memória e recordemos o que é um «*Treasure Trove*», designação oficial inglesa dos achados de tesouros e que deriva do termo francês.

Trata-se de um princípio feudal, instituído por Eduardo I (1276), de que tudo que as terras escondem de valor é pertença da Coroa, ainda hoje o sendo em parte.

Em tradução livre e com a devida vénia, preferimos oferecer aos ilustres Numismatas presentes neste III Encontro, o texto de uma bela «folha» que é profusamente distribuída em toda a Inglaterra, numa missão pedagógica, e de que apresentamos, em anexo, uma fotocópia, documento emitido pelo «British Museum», de Londres.

«Os objectos de ouro ou prata (incluindo moedas, chapas ou barras) que tenham estado escondidos no solo ou em edificações e dos quais o dono original não possa ser identificado, são «*Treasure Trove*» e por Lei de propriedade da Coroa, a menos que (como em certos raros casos) a «Franchise of Treasure Trove», isto é, a isenção dessa classificação, tenha sido expressamente garantida a um objecto, como achado em localidade particular, e no Condado Palatino de Lencaster. No passado e em determinados Ducados livres, fora do Condado Palatino, aquela isenção é validada no Soberano por direito do Duque e não pela Coroa.

Por razões históricas e arqueológicas, é da maior importância que quaisquer achados não sejam encobertos, mas sim deverão ser comunicados e a sua totalidade apresentada à autoridade competente, o administrador-delegado («Coroner») da Coroa de Inglaterra, para o distrito; um achador que não proceda assim pode ser acusado criminalmente.

Alguém que descubra tais objectos deverá comunicá-los ao «Coroner», quer directamente, quer através da polícia local, ou ao museu da localidade ou da região, ou, ainda, escrevendo ao Secretário do Museu Britânico, Londres, WC1 B 3DG, o qual comunicará com o «Coroner». O «Coroner» pode decidir abrir um inquérito para verificar se o achado deve ser considerado «*Treasure Trove*» e, no caso afirmativo, determinar quem foram os achadores. O achador tem sempre vantagem em dar imediata notícia do achado pois que, de acordo com a actual

prática administrativa, o achador receberá ou o próprio achado por devolução ou o seu valor real de mercado bem como um prémio de recompensa «ex-gratia» por ter procedido correctamente. Se o «Coroner» decidir que mais do que uma pessoa se encontram envolvidas no achado, então o prémio poderá ser repartido; porém, deve ficar bem claro que o prémio é concedido ao(s) autêntico(s) e não ao proprietário ou ocupante do terreno, ou a um seu assalariado, se o achado se verificou durante o seu trabalho.

Quando um achado é classificado «*Treasure Trove*» procede-se por uma das seguintes formas:

- se não é solicitado por nenhum museu, não é retido, sendo devolvido ao achador para que disponha dele à sua vontade;
- se ao invés o achado ou parte dele é retido por um museu, o achador é indemnizado por soma igual ao seu valor de venda no mercado. A fixação desse valor de mercado é acordada por uma comissão independente de avaliação nomeada pelo Ministério das Finanças e a liquidação feita através deste organismo.

As moedas e outros objectos antigos de cobre, bronze ou qualquer outro metal pobre não são «*Treasure Trove*». Os achados desta natureza não necessitam ser comunicados ao «Coroner» (conquanto devam também ser comunicados à Polícia ou ao proprietário do terreno ou do prédio onde foram encontrados).

O Museu Britânico ou o Museu local da especialidade ficam sempre reconhecidos por tomarem conhecimento de tais achados, pois ao serem anunciados, podem em certos casos de interesse comprá-los ou aconselhar como e onde devem ser preferencialmente transaccionados.»

Consideramos o conteúdo deste documento de extraordinária importância para esclarecimento das populações e a prática da sua profusa distribuição nas mais

recônditas aldeias até às grandes cidades, uma promoção pedagógica relevante.

Esta ideia simples, que nem sequer ainda foi posta em prática em Portugal, deveria ser seguida após estudo da sua redacção por elementos representantes da Secretaria de Estado do Tesouro, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Cultural, Museu Numismático Português, Sociedade Portuguesa de Numismática, Clube Numismático de Portugal e Associação dos Arqueólogos Portugueses.

3. Têm vindo a ser feitas tentativas para se conseguir uma maior clareza e precisão de normas da Lei do Parlamento inglês, quanto à protecção das antiguidades portáteis e, nesse sentido, foi discutida em 1979, quando da saída do último Governo, uma Proposta de Lei.

Apercebemo-nos que o proponente desta Proposta de Lei de 1979 pretende agora introduzir ligeiras alterações, conquanto importantes, que alterarão a definição de «*Treasure Trove*»:

- a) pela inclusão não somente dos objectos de ouro e prata mas também de objectos com uma liga contendo ouro ou prata; admite a existência de objectos de características muito próximas de um «*Treasure Trove*»; propõe uma lista classificada específica de objectos, feita por responsável do Ministério do Estado; e
- b) pela abolição da exigência de que os objectos teriam de haver sido escondidos com o propósito de uma posterior recuperação, pelos seus donos;
- c) pela obrigatoriedade, agora sem ambiguidades, dos achadores manifestarem todos os achados às autoridades competentes, tal como já sucede na Escócia onde todos os achados são considerados «*Treasure Trove*» e pertencentes à Coroa que não tem de invocar os seus direitos nos Tribunais. De facto, na Escócia todos os achados devem ser comunicados ao Procurador Fiscal, que toma posse deles.



4. Um outro aspecto de interesse e que funciona como mais uma malha oficial de controlo, impedido o escoamento de preciosidades históricas e arqueológicas para o estrangeiro é a acção exercida pelo Ministério do Comércio inglês.

A maioria das antiguidades, moedas, etc., desde que tenham mais de 50 anos, estão sujeitas a uma licença antes que possam ser legalmente exportadas do Reino Unido. No processamento das licenças de exportação intervêm conselheiros-peritos dos Museus Nacionais com poderes para recomendar que uma licença seja recusada quando se trate de objecto de importância nacional. Tais casos são fixados pela Comissão de Avaliação para a Exportação de Obras de Arte («Reviewing Committee on the Export of Works of Art») a qual, após ouvir e analisar os argumentos das duas partes — requerente da licença e os conselheiros-peritos —, e tendo em consideração o significado nacional estético e escolar ou académico dos objectos, pode recomendar a recusa de uma licença de exportação.

A decisão de uma não concessão de licença corresponde normalmente a uma oferta de compra do objecto, por parte de uma instituição pública. Caso não exista qualquer oferta a licença de exportação é concedida.

Se em relação ao penúltimo parágrafo, em Portugal, não andamos muito longe do que se passa em Inglaterra, pois casos há em que artistas-peritos da Sociedade Nacional de Belas Artes, de Lisboa, já têm sido solicitados para dar o parecer, já o mesmo não sucede quanto à opção de compra por oferta de um Museu ou de uma instituição pública.

No sistema de controlo do comércio externo inglês, as moedas estão numa situação diferente, quanto à sua exportação, pois que ela é autorizada sem necessidade de licença desde que o valor unitário não ultrapasse as 4.000 libras esterlinas, quer as moedas tenham sido desenterradas na Grã-Bretanha ou não.

5. Portugal com vasta orla marítima e que em tempos remotos foi visitado ou invadido por diversos povos que entraram pelas enseadas e desembocaduras dos rios, tem uma particular aptidão para a exploração de achados monetários marítimos ou fluviais, de que

não tem feito uso. O que não nos contaria, por exemplo, o rio Arade (Silves/Portimão) se o seu leito fosse limpo, ou a costa da península de Setúbal, com suas inúmeras baías e praias abrigadas?

Considero da maior importância que não seja esquecido este sector, quando se pensar a sério na protecção dos Achados e Tesouros.

Na Inglaterra vamos encontrar as seguintes disposições no Processo dos Recursos Minerais («Mineral Resources Dossier», n.º 14), publicado pela Comissão Consultiva de Recursos Minerais («Mineral Resources Consultive Committee» — Londres, HMSO, 1975):

«Na lei comum, em virtude da prerrogativa real, e de acordo com o artigo 523 da Lei da Marinha Mercante (1894), a Coroa é titular de todos os restos, não reclamados, de um naufrágio, encontrados dentro ou fora das águas territoriais ou em qualquer corrente de água, interior. Isto desde que o direito de posse não seja garantido por outrem. Alguém que encontrar ou se apropriar de objectos afundados, no Reino Unido, deve noticiar o facto ao recebedor de despojos do distrito (designado pela Secretaria de Estado para o Ambiente).

Pelo artigo 528 da mesma Lei, o Departamento do Comércio, com a autorização do Ministério das Finanças, pode comprar, por conta e em nome de Sua Majestade, quaisquer direitos a achados afundados e possuídos por qualquer outra pessoa ou entidade.

Com o fim de preservar o conteúdo histórico e arqueológico de despojos afundados, a S. E. A. («Secretary of State for the Environment») pode fixar uma área em volta do local, como zona protegida ou reservada, de acordo com a Lei de Protecção de Despojos Marítimos («Protection of Wrecks Act, 1973»).

Estas restrições são aplicáveis em qualquer local das águas marítimas territoriais do Reino Unido e inclui qualquer parte de um rio, nos limites da vazante e da enchente em marés normais da Primavera.

E considerado delito e punível em decisão sumária com multa de 400 libras esterlinas, remover qualquer objecto outrora fazendo parte de um despojo marítimo, ou realizar qualquer operação pirata no propósito da exploração de qualquer resto de naufrágio o que só poderá fazer com licença prévia do Ministério do Estado.»

\*  
\*      \*

Sendo este III ENCONTRO DE NUMISMATAS, um momento de reflexão acerca do que desejaríamos que fosse uma legislação portuguesa sobre achados monetários, estou certo que alguma coisa de proveitoso se poderia retirar da experiência inglesa, como acabo muito sucintamente de descrever.

Por mim, considero que as grandes linhas a serem traçadas deveriam passar pelos seguintes pontos:

- a) Recolha exhaustiva de toda a legislação em vigor — Códigos, Leis e outros diplomas, regulamentos de entidades ou instituições oficiais —, seguida da respectiva sistematização, identificando-se as desactualizações e omissões.
- b) Ter sempre presente que «achados» e «tesouros» tanto podem surgir no elemento terrestre — solo e edificações —, como no meio aquático — mar e rios —, conquanto se reconheça uma certa especificidade no segundo caso, resultante dos direitos inaliáveis do Estado.
- c) Definir com clareza os direitos do achador sobre o valor integral do achado, única forma de estimular a atitude correcta da denúncia do mesmo às entidades competentes.
- d) Prever os casos, aspecto ainda mais delicado, em que os direitos do proprietário do local do achado sobrelevam os do achador.

- e) Fixar as circunstâncias e tipos de objectos em que o Estado deve exercer ou pode impor o seu direito de opção. Os Museus Nacionais, por exemplo, como sucede em leilões de livros, por parte das Bibliotecas Nacionais.
- f) Preparar um folheto de esclarecimento para difusão ampla junto das populações, alertando dos riscos de sonegação de informação de achados e destacando as vantagens da sua notícia.
- g) Promoção das bases indispensáveis para uma intervenção útil e competente do Museu Numismático Português, incluindo equipa de consultores-peritos, laboratório, etc., a exemplo da valiosa actuação do British Museum, de Londres.
- h) Obter, com urgência, uma inter-acção conexa, no campo da prospecção em campo e no mar, entre a Associação dos Arqueólogos Portugueses e as associações numismáticas — S. P. N. e C. N. P. — ambas interessadas na defesa do património nacional e na respectiva investigação.
- i) Que o recém-criado Instituto Português do Património Cultural (Decreto regulamentar da Secretaria de Estado da Cultura n.º 34/80, de 2 de Agosto), bem como os Serviços Regionais de Arqueologia do I. P. P. C. (Decreto-Lei n.º 403/80 de 26 de Setembro), não ignorem a existência e a validade de préstimos competentes que as Associações numismáticas portuguesas lhes podem prestar. Para tanto, haveria que articular a metodologia das relações.
- j) Determinar o grau de delito da prática de derreter moeda e estabelecer normas para a exportação de numismas de reconhecido interesse histórico nacional.

Termina aqui esta nossa modesta contribuição, este simples aflorar de um magno problema, que confiamos agora à consideração deste III ENCONTRO DE NUMISMATAS.

Lisboa, Out.º de 1981

## Treasure Trove

Objects of gold or silver (including coins, plate, and bullion) which have been hidden in the soil or in buildings, and of which the original owner cannot be traced, are Treasure Trove, and by law the property of the Crown (\*). It is of great importance for historical and archaeological reasons that any such finds should not be concealed, but should be reported and handed over in their entirety to the proper authority, the Coroner for the district; a finder who fails to do this may be guilty of a criminal offence.

Anyone who finds such objects should report them to the Coroner, either direct, or through the local police, or to the local museum, or by writing to the Secretary, British Museum, London, WCI B 3DG, who will communicate with the Coroner. The Coroner may decide to hold an inquest to determine whether the find is Treasure Trove, and if so, who were the finders. It is always to the finder's advantage to report the find at once, for in accordance with present administrative practice the finder will receive either the find back, or its market value, as an *ex gratia* reward for doing so. If the Coroner decides that more than one person was concerned in the finding, then the reward may be divided; but it should be emphasized that the reward is made to the actual finder(s) and not to the owner or occupier of the land, or to the employer, if found by an employee in the course of his work.

When a find has been declared Treasure Trove it is dealt with in one of the following ways: if it is not

---

(\*) Unless (as in some rare cases) the «Franchise of Treasure Trove» has been expressly granted to a subject insofar as finds of a particular locality are concerned, and in the County Palatine of Lancaster. In the latter and in certain Duchy liberties outside the County Palatine the Franchise is vested in the Sovereign in the right of The Duchy and not in the Crown.

required for any museum, it is not retained, but returned to the finder for disposal; if, on the other hand, the find or any part of it is retained for a museum, the finder is paid a sum equal to the market value of what is retained. The assessed market value is agreed by an independent reviewing committee appointed by the Treasury, and payment is made through this body.

Coins and other ancient objects of copper, bronze or any other base metal are not Treasure Trove. Finds of this nature need not be reported to the Coroner (though there may well be a duty to report them to the Police or to the owner of the land or building where they are found). The British Museum or the appropriate local museum is always glad to hear of such finds, and, if they are reported, may in suitable cases purchase them direct, or advise on their disposal.

Any further information may be obtained from the Secretary, British Museum, London, WCI B 3DG.

July, 1979